

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.565.162 - SP (2019/0241572-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : OSCAR 585 DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA
ADVOGADOS : JORGE TADEO GOFFI FLAQUER SCARTEZZINI - SP182314
FELIPE LEGRAZIE EZABELLA - SP182591
AGRAVADO : ROOFTOPAUGUSTA PRODUCAO E COMUNICACAO CULTURAL
LTDA
ADVOGADO : ANA CAROLINA FERREIRA ANDREUCCI BERNICCHI - SP167963

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por OSCAR 585 DESENVOLVIMENTO IMOBILIARIO SPE LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal. O apelo nobre insurge-se contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"Ação de nunciação de obra nova. Tutela de urgência deferida para permitir a continuidade da obra, desde que observadas três condições, dentre elas, da proibição de estacionar em frente ao prédio da autora, tudo sob pena de multa. Alegação da agravante de impossibilidade de cumulação de duas penalidades pelo mesmo fato, já que existe previsão de infração de trânsito por estacionar em frente de guia rebaixada. Tese que, no entanto, não se sustenta.

Infração de trânsito (multa administrativa) que possui natureza sancionatória, enquanto que a multa imposta pelo juízo, com base no artigo 139, IV, do CPC, reveste-se de caráter coercitivo para assegurar o cumprimento da decisão judicial. Astreintes fixadas para o caso de descumprimento da ordem judicial. Possibilidade.

Para a não incidência basta o efetivo cumprimento da ordem.

Valor arbitrado que se mostra razoável, tendo em vista as peculiaridades do caso. Ré que deve garantir o cumprimento da decisão judicial, inclusive pelos terceiros prestadores de serviços que ela própria contratou para trabalharem na obra. Decisão mantida. Recurso improvido" (fl. 220, e-STJ).

No especial, a recorrente alega violação dos arts. 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015 e 181, IX, do Código de Trânsito Brasileiro. Sustenta, em síntese, que o magistrado pode se utilizar de meios coercitivos para fazer valer a decisão judicial, no entanto, não haveria qualquer previsão de cumulação de penalidades pelo mesmo fato gerador.

Aduz, que a decisão do tribunal de origem, que fixou a penalidade à recorrente, tem como fato gerador único a cominação de duas penalidades, o que acarretou verdadeiro *bis in idem*.

Invoca a incidência das Súmulas 19/STF e 30, 296 e 472/STJ, sob o argumento

de que seria impossível a dupla cominação de pena ou cumulação de encargos por força do mesmo "fato gerador".

Afirma que existindo no Código de Trânsito Brasileiro a classificação do fato como infração de trânsito, não se justifica a manutenção da decisão nesse aspecto.

Defende que o estacionamento irregular encontra amparo no código de trânsito. Assim, a recorrente não teria legitimidade para fiscalizar o eventual estacionamento irregular de veículos de seus prepostos ou terceiro. Aduz, que cabe aos agentes fiscalizadores de trânsito averiguarem e autuarem os infratores.

Contrarrrazões apresentadas às fls. 247-256, e-STJ. Inadmitido na origem, adveio o presente agravo.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No que se refere à suposta violação da Súmulas 19/STF e 30, 296 e 472/STJ, cumpre destacar que tal alegação não viabiliza o conhecimento do recurso especial, uma vez que se enquadra no conceito de direito federal e não atende aos requisitos de admissibilidade dos recursos destinados a esta Corte Superior.

Nesse sentido:

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - CÉDULA DE CRÉDITO RURAL EMITIDA POR PESSOA FÍSICA - AVAL - GARANTIA PRESTADA POR TERCEIRO - NULIDADE - EXEGESE DO ARTIGO 60, § 3º, DO DECRETO-LEI N.º 167/67 - PRECEDENTES - LEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE DIREITO SUMULADO - IMPOSSIBILIDADE - SÚMULA N. 284/STF - DECISÃO MANTIDA - AGRAVO IMPROVIDO.

1.- A alegação de violação de direito sumulado não viabiliza o conhecimento do apelo, uma vez que não atende aos pressupostos de admissibilidade recursal. Incidência da Súmula n. 284/STF.

2.- É nulo o aval prestado por terceiro, pessoa física, em Cédula de Crédito Rural emitida também por pessoa física, nos termos do disposto no art. 60, § 3º, do Decreto-Lei n. 167/67. Precedentes.

3.- Agravo Regimental improvido" (AgRg no AREsp 467.509/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2014, DJe 27/03/2014).

Acerca das *astreintes*, o tribunal de origem assim consignou:

"(...)

Necessário esclarecer desde já que a tese da impossibilidade de cumulação de duas multas fundadas no mesmo fato gerador não convence.

É fato que o Código de Trânsito Brasileiro, em seu artigo 181, inciso IX, prevê penalidade de multa e medida administrativa de remoção do veículo que estacionar onde houver guia de calçada (meio-fio) rebaixada destinada à entrada ou saída de veículos.

Mas a previsão de possibilidade de incidência de multa que constou na decisão agravada guarda relação com o artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, segundo o qual 'O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: (...) IV determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária'.

Neste cenário é que se mostra relevante o entendimento da doutrina no sentido de que a natureza jurídica da multa administrativa (infração de trânsito) é diversa das astreintes, uma vez que a primeira possui inegável natureza sancionatória, enquanto a segunda reveste-se de caráter coercitivo.

"(...)

Portanto, não há que se falar em identidade de fato gerador, já que a multa de trânsito visa o sancionamento de uma conduta prevista na legislação de trânsito, enquanto que a previsão de multa pelo juízo (astreinte) serve como medida de apoio para garantir o cumprimento de decisão judicial, sendo perfeitamente possível a cumulação das duas figuras sem incorrer em bis in idem.

Em suma, nada há de irregular na previsão de astreintes para o caso em comento, levando-se em conta o objetivo de constranger o obrigado 'ao cumprimento de decisões interlocutórias, sentenças e acórdãos, sempre que neles se imponha a observância de um fazer ou não-fazer. É possível aplicar multa coercitiva para outorgar efetividade à tutela antecipatória, à tutela cautelar ou a tutelas finais. Do ponto de vista do direito material, cabe a aplicação de multa coercitiva para o cumprimento de fazer ou não- fazer fungíveis ou infungíveis' (STJ, 1ª Turma, REsp 893.041/RS, rel. Min. Teori Zavascki, j. em 05.12.2006, DJ 14.12.2006, p. 329).

"(...)

A alegação de que a agravante não pode ser responsabilizada por conduta de terceiro que venha a estacionar no local proibido deve ser analisada com cautela.

Parece evidente que a ré não deve, de fato, ser responsabilizada nos termos da decisão agravada se terceiro completamente estranho à discussão dos autos decidir estacionar em frente ao imóvel da autora.

No entanto, se o 'terceiro' a que se refere a agravante disser respeito às empresas prestadoras de serviços que ela própria contratou para trabalharem na obra que é objeto desta demanda, entendo que, neste caso, pelo fato da ré possuir vínculo jurídico e certa ingerência sobre elas, deve subsistir a sua responsabilidade em garantir o

cumprimento da ordem judicial" (fl. 223-227, e-STJ)

Nesse aspecto, não há como acolher a pretensão da agravante de que houve cumulação de penalidades pelo mesmo fato gerador. Isso porque, conforme assinalado no acórdão estadual, a multa cominatória aplicada na tribunal de origem com amparo no art. 139, IV, do Código de Processo Civil de 2015, teve caráter coercitivo, bem como o objetivo de constranger o agravante a cumprir as determinações do magistrado singular, para que tivesse a prosseguimento a obra paralisada anteriormente.

Confira o teor do dispositivo legal:

"Art. 139. O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe:

I - (...)

II - (...)

III - (...)

IV - determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, inclusive nas ações que tenham por objeto prestação pecuniária;"

Extrai-se do acórdão atacado, as medidas adotadas pelo magistrado, para retomada da obra requerida pelo agravante:

"(...)

(i) instalação de tela de segurança (fachadeira) na face da obra voltada para o prédio da autora; (ii) proibição de todo e qualquer içamento pela face da obra voltada para o prédio da autora; e (iii) proibição de estacionar ou parar veículos, próprios ou de terceiros fornecedores ou prestadores de serviço, em frente ao imóvel da autora." (fl. 222, e-STJ).

Portanto, não há fundamento para acolher a insurgência do agravante de que tivesse sido aplicada cumulação de penalidades pelo mesmo fato gerador.

De outro modo, a revisão de tais conclusões demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula nº 7/STJ: *"a pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"*.

A propósito:

"AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/1973) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - APLICAÇÃO DE MULTA DIÁRIA PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E DE NÃO FAZER - DECISÃO MONOCRÁTICA CONHECENDO DO RECLAMO PARA, DE PLANO, NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA RECURSAL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

1. Tendo o tribunal local, com base no exame das circunstâncias fático-probatórias dos autos, concluído que é devida a imposição de multa

diária pelo descumprimento de obrigação de fazer, a inversão de tais conclusões atrai a incidência da Súmula 7 do STJ.

2. A redução do valor atribuído às astreintes implica, como regra, revolvimento de fatos e circunstâncias da causa, o que encontra óbice no enunciado da Súmula 7 desta Corte. Excepciona-se, contudo, a hipótese de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura no caso dos autos, cuja multa diária restou arbitrada em R\$ 500,00 (quinhentos reais).

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 522.493/SC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2016, DJe 27/06/2016)

"PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. DETERMINAÇÃO JUDICIAL NÃO ATENDIDA. MULTA DIÁRIA. CABIMENTO. REDUÇÃO DO VALOR. ALTERAÇÃO DO ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não há violação do art. 535 do CPC/73 quando, apesar de rejeitados os embargos de declaração, foram examinados pelo Tribunal estadual todos os pontos necessários ao deslinde da controvérsia, não constituindo vício de omissão o fato de se decidir de forma contrária aos interesses da parte.

3. O Tribunal de origem, com base nas circunstâncias e fatos postos a sua análise, constatou a recalcitrância da recorrente em cumprir determinação judicial de restabelecimento do serviço de telefonia interrompido injustificadamente pela pretensão de cobrança reconhecidamente descabida de valores superiores a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), de forma que a revisão do seu entendimento esbarra na Súmula nº 7 do STJ.

4. A jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de que a apreciação dos critérios previstos na fixação de astreintes implica o reexame de matéria fático-probatória, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte. Excepcionam-se apenas as hipóteses de valor irrisório ou exorbitante, o que não se configura neste caso. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 412.521/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, Segunda Turma, DJe 10/12/2013).

5. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 960.567/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 21/11/2016 - griufou-se)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Deixa-se de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), tendo em vista que o recurso especial ao qual se negou provimento é oriundo de acórdão proferido por ocasião de julgamento de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator